

FANTASIAS PERSECUTÓRIAS NA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO

Persecutory fantasies in the History of Espírito Santo

André Ricardo Valle Vasco Pereira¹⁰¹
andre.r.pereira@ufes.br

Resumo: Este artigo trata do nexos entre uma interpretação recente sobre a relação entre o estado do Espírito Santo e outros entes da Federação, além do governo federal, com uma leitura acerca do passado capixaba, elaborada por parte da historiografia local. As duas interpretações têm em comum o fato de se apropriarem de um modelo explicativo formado pela conjunção entre mentalidade obsidional e cultura política unitarista. Discuto a elaboração dos dois discursos e a forma como eles se interpenetram, por meio da ação de intelectuais orgânicos de um projeto de poder que serve à aliança histórica entre uma elite política oligárquica e o grande capital no Espírito Santo. O objetivo é o de defender a necessidade de que os historiadores sejam capazes de demonstrar os erros empíricos contidos em tal interpretação e apontar a sua relação com um discurso de poder dominante no cenário capixaba contemporâneo.

Palavras-chave: Ideologia. Intelectual. Livro Didático de História.

Abstract: This article deals with the relation between an ongoing interpretation concerning the relation between the State of Espírito Santo and other members of Federal Republic of Brazil, also including the federal government, and an explanation of the States' past, created by some members of the local historiography. The two interpretations have in common the same explanation model, made up by the conjunction of a siege mentality and an unitarianist political culture. I discuss the elaboration of the two discourses and the way they interact, due to the action of organic intellectuals of a project of power that serves to the historical allegiance between an oligarchical political elite and huge corporations in Espírito Santo. My argument is that historians must demonstrate the empirical mistakes in such interpretation and to point out its connection to a dominant discourse in the States' contemporary moment.

Keywords: Ideology. Intellectual. History Textbook.

Introdução

Na atual conjuntura, o campo de relações entre o governo federal e o Espírito Santo tem se caracterizado com uma série de eventos conflituosos. Em particular, dois

¹⁰¹ Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Professor Adjunto do Departamento de História da UFES. Rua Francisco Eugênio Mussiello, 65, ap. 104 - Vitória - ES – 29060290. Artigo enviado em 17/05/2013 e aceito em 09/09/2013.

assuntos se destacam na pauta: a) o novo marco regulatório de exploração de petróleo na camada de pré-sal; b) a alteração da cobrança de ICMS nas operações interestaduais de produtos importados. Em torno deles, elaborou-se, em uma parte da opinião pública capixaba, a suposição de que o governo da União ou, mais especificamente, a presidenta Dilma Roussef (PT) tomou a atitude de prejudicar o Espírito Santo de maneira proposital. Outra versão, nesta mesma linha, é a de que o governo federal ou Dilma são “insensíveis” aos prejuízos que resultarão para as contas públicas do estado e dos municípios a partir das medidas que estão sendo tomadas ou discutidas.

Nem todos os observadores da cena política se expressam da mesma forma. Todavia, as opiniões que se destacam na imprensa local, em função mesmo de suas ênfases e do seu conteúdo emocional, apontam para a ideia de que o Espírito Santo é vítima de uma perseguição. Esta leitura é informada por uma mentalidade obsidional, que tem fortes raízes no Espírito Santo e faz parte de interpretações correntes na historiografia capixaba. Neste trabalho, estabelecerei a relação entre um discurso político atual com uma leitura da história que possuem correspondências, apontando para a necessidade de que historiadores não cometam o erro de oferecer uma abordagem do passado que sirva a propósitos eminentemente ideológicos. Para tanto, procederei a um debate teórico, seguido de uma análise do discurso político e da historiografia capixaba que, indiretamente, lhe presta serviços. A explicação se apóia numa leitura gramsciana, com base nos conceitos de consenso, intelectual e bloco histórico (GRAMSCI, 1999-2002).

As duas faces da moeda

O termo obsidional (DELUMEAU 1993, p. 32) é referente a assédio ou cerco. Mentalidade obsidional, portanto, é uma forma de encarar as coisas a partir da suposição de que algo ou alguém tem o objetivo de cercar, isolar, perseguir, impedir o livre crescimento ou desenvolvimento de alguém, de uma cultura, de uma região, de uma sociedade. Sendo uma “mentalidade”, não se trata de um conjunto de ideias sistemáticas que constituam teorias ou interpretações formalizadas (ARIÈS, 2011). Trata-se mais de uma postura, de uma atitude, de uma percepção generalizada no plano

da cultura, evidenciada em episódios, em momentos. Foi a partir deste plano cultural que ela ingressou na historiografia.

A mentalidade obsidional capixaba, quando aplicada a temáticas específicas, principalmente aquelas que envolvem conflitos reais, ajuda a alimentar verdadeiras fantasias persecutórias, ou seja, atribui falsamente a certos atores propósitos malévolos que visam afetar a TODOS os capixabas. É o que está acontecendo neste momento a partir do discurso que resolveu demonizar a figura de Dilma Rousseff ou da sua administração de uma forma geral. O formato desta fantasia é o de estabelecer dois campos distintos: uma entidade que persegue, por um lado, e a sociedade capixaba como um todo, por outro. Esta é vista como sendo prejudicada, o que implica na necessidade de união entre todos os seus membros, independente de diferenças de classe, políticas, religiosas, étnicas, de gênero, etc.

Nesse momento, a fantasia persecutória toca um plano da cultura política que é dominante no Espírito Santo. Trata-se de uma visão unitarista, que nega legitimidade à existência de divisões entre os capixabas. Neste tipo de entendimento, a sociedade é concebida como um corpo unificado, no qual cada parte tem sua função e não deve desligar-se do todo. Qualquer membro deste corpo social que se negue a participar do esforço comum ou, até mesmo, advogue interpretações diversas sobre o fenômeno em questão é visto como diversionista ou, simplesmente, um estranho, de fora.

Há culturas políticas unitaristas, dualistas ou pluralistas (LIJPHART, 2003). No caso das dualistas, como a dos Estados Unidos, por exemplo, é tido como legítimo que membros da sociedade se dividam em dois campos opostos. Naquele país, é corrente a identificação de uns como liberais e de outros como conservadores. Num lugar assim, estar em um dos dois lados não desqualifica o indivíduo como membro do corpo social. Ou seja, é tido como legítimo estar em um dos dois polos. Já em vários países da Europa continental, uma cultura política pluralista admite a existência de várias divisões, por vezes em mais que um plano do espectro, seja na linha direita-esquerda, seja étnica, religiosa, lingüística, centro-periferia, etc.

A cultura política é uma construção história herdada por cada sociedade. A sua natureza unitarista no Espírito Santo vem de tempos coloniais e se reproduz até hoje. O unitarismo e a mentalidade obsidional formam as duas faces de uma mesma moeda. Tal construto serve ao propósito ideológico de não aclarar a dominação de classe no Espírito Santo e suas conexões com o poder político. No caso específico da fantasia

persecutória que envolve a figura de Dilma Rousseff, ela tem duas funções. A primeira é a de justificar a incompetência da elite política local no exercício do presidencialismo de coalizão no plano nacional. A segunda é a de defender interesses do grande capital que atua no estado, travestidos de vontade geral do povo, em defesa do progresso e dos empregos para os capixabas.

A combinação dos dois aspectos acima citados se deu a partir do processo de modernização no Espírito Santo, implicou na emergência de um modelo industrial-exportador, com predomínio de grandes empresas (PEREIRA, 2011). Ao mesmo tempo em que elas se instalaram no território do estado, o sistema político local sofreu um processo nominal de rotação de elites sem que mudasse em termos qualitativos. O sistema político capixaba era e continua a ser oligárquico, com alta dispersão geográfica. Isto significa que as bases de apoio das lideranças locais são restritas, quase sempre municipais. A formação de correntes de opinião, partidos e ideologias que ultrapassem fronteiras municipais e se projetem no estado como um todo são muito dificultadas (PEREIRA, 2004).

Como resultado, a elite política é formada por uma oligarquia que não representa correntes de opinião radicadas na sociedade. Este grupo se relaciona com os dirigentes das grandes empresas, que demandam fortes investimentos em setores de infraestrutura e benefícios fiscais variados. Além disso, a maior parte das grandes empresas gera pesados impactos ambientais, o que também as estimula a evitar uma fiscalização mais rigorosa por parte do poder público. Dado que o sistema político é oligarquizado, produziu-se, ao longo do tempo, um encontro de interesses entre os poucos dirigentes do grande capital com os poucos dirigentes políticos. Para as elites econômicas também é muito conveniente que sejam manipulados argumentos persecutórios e unitaristas que mostrem suas atividades como exclusivamente benéficas ao estado. Daí a aliança estratégica entre os dois campos do poder e o seu esforço mútuo no sentido de elaborar discursos que escondam os verdadeiros malefícios que tal aliança resulta para a população do Espírito Santo. Há críticos de tais discursos, porém, com pouca capacidade de intervenção na arena pública. A seguir, passo a analisar a elaboração atual da fantasia persecutória que serve a tal projeto.

A elaboração de um mito

A fantasia persecutória elaborada no Espírito Santo foi divulgada pelos jornais locais, A Gazeta e A Tribuna. Nem todas as matérias jornalísticas e textos de opinião elaborados sobre o tema seguem uma mesma argumentação. Porém, são menos incisivas e ocupam menos espaço no noticiário. O tom dominante gira em torno da construção de uma imagem de cerco ao estado.

Os elaboradores do discurso são membros da elite política, da elite empresarial e intelectuais (indivíduos que elaboram ideias, tais como articulistas fixos ou eventuais dos veículos em questão). A imagem de cerco foi sendo construída ao longo dos anos de 2010 a 2012, a partir do lançamento do novo marco regulatório para a exploração de petróleo nas reservas recém-descobertas na camada de pré-sal. Desta forma, vou desenvolver, em seguida, a trajetória deste ponto em específico.

O petróleo é nosso (?)

Os projetos referentes ao novo marco regulatório do pré-sal, em si, já representavam perdas de arrecadação aos estados e municípios “produtores” (os que contam com jazidas de petróleo ou são fronteiriços à linha marítima onde há poços sendo explorados no oceano). Todavia, a forma açodada como o governo Lula fez tramitar os projetos abriu oportunidades estratégicas para que representantes de estados “não-produtores” inserissem mudanças que diminuíssem mais ainda os recursos destinados aos “produtores” (Rio de Janeiro e Espírito Santo). O que se estabeleceu, dali para frente, foi um conflito de interesses entre “produtores” e “não-produtores”, tendo o Congresso Nacional como arena deste confronto.

No mesmo ano de 2010, o vencedor do pleito no Espírito Santo foi Renato Casagrande (PSB), que assumiu, de maneira quase isolada, a tarefa de lidar com os problemas colocados. O governador optou por evitar, de início, críticas contundentes aos estados “não-produtores” e ao governo federal. Nesta fase, ele lançou o termo “sensibilizar”, que usou na tentativa de convencer lideranças de outros estados e membros do governo Dilma. Portanto, antes que a figura da presidenta fosse demonizada, sua imagem foi pintada como a de alguém distante, que precisasse ter sua

atenção dirigida ao estado, reconhecendo suas necessidades e agindo de acordo com elas.

Essa estratégia foi ineficiente. Ao longo do ano de 2011, Rousef lidou com vários problemas políticos e econômicos. Isto a levou a uma postura menos agressiva no que se refere ao controle da agenda no Congresso, incluindo a questão do pré-sal. Assim, novas lideranças voltaram a lidar com o tema, propondo outras alterações. Não se tratou, portanto, de má vontade do governo.

Tendo isso em mente, a postura de Casagrande foi equivocada. Tentar “sensibilizar” a União foi perda de tempo. A única forma de evitar o avanço dos estados “não-produtores” seria agir de maneira coordenada para provocar prejuízos ao governo federal no Congresso, exigindo, como contrapartida, uma intervenção da presidenta em defesa dos “produtores”. Neste sentido, várias oportunidades surgiram, mas não foram exploradas. Paralelamente, RJ e ES tiveram que enfrentar uma batalha no campo das representações, já que os “não-produtores” lançaram mão de uma imagem de confronto entre ricos x pobres no seio da Federação. Neste sentido, nada foi feito.

É importante também ter em mente que a posição do governo federal e dos “produtores” sempre teve o recurso à Justiça como solução última do problema. Tais atores confiam numa vitória neste plano, de forma que o empenho na arena legislativa, na pressão sobre o governo federal e no campo das representações simplesmente não compensa em vista da confiança em uma decisão judicial supostamente favorável.

No fim do ano de 2011, tanto lideranças do RJ quanto do ES realizaram manifestações públicas oficiais em defesa do pré-sal. Neste momento, o tom do discurso mudou e tornou-se mais agressivo. A partir dali, a imagem de Rousef, no Espírito Santo, passou a sofrer uma inflexão. Naquele momento, esgotadas de forma evidente para a opinião pública a estratégia da “sensibilização”, iniciou-se uma linha argumentativa que buscava questionar à presidenta sobre as razões que a fariam ter “raiva” do estado. Posteriormente, já no ano de 2012, a ela passou-se a atribuir uma atitude de franca animosidade contra os capixabas. Toda esta trajetória deriva da falta de sucesso das lideranças locais no tratamento da questão. A fantasia elaborada serve, neste sentido, para preservar as limitações estruturais das formas de inserção dos dirigentes políticos do Espírito Santo no cenário nacional em geral e no tema em específico.

O assunto que deu meios para que a imagem de Dilma passasse à terceira fase citada foi a tramitação do projeto de lei que afeta o funcionamento do Fundo de

Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP). Assim, passo a considerar este tema em particular.

O “drama” do FUNDAP

O FUNDAP é um incentivo financeiro oferecido pelo governo do estado a empresas de comércio exterior. Por intermédio dele, na prática, as operações de importação por meio de portos capixabas têm a maior parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) destinada ao fundo, operado pelo banco de desenvolvimento estadual. Esta entidade, por sua vez, pode devolver o que foi recolhido como financiamento de capital de giro para as empresas, com juros abaixo do mercado e resgate em longo prazo.

Como uma parte do ICMS recolhido pelas *tradings* é destinada às prefeituras municipais, o encerramento das atividades do FUNDAP representa, de fato, uma queda de arrecadação para as cidades (também afetando o governo estadual, mas em proporção menor). Por esta razão, a aprovação recente de uma medida legislativa que deve resultar em queda significativa das atividades do fundo ofereceu novos elementos para o fortalecimento da fantasia persecutória que estou analisando.

O apoio do governo Dilma a tal medida tem a ver com o diagnóstico feito sobre a necessidade de defender a indústria nacional na conjuntura atual, a pressão de empresários e centrais sindicais e uma estratégia de longo prazo para efetuar uma reforma tributária mais profunda no país. Quando Casagrande tentou defender o FUNDAP, pesou contra a imagem de estado rico que o Espírito Santo possui. Ou seja, enquanto foi elaborada uma fantasia persecutória entre os capixabas, manipulou-se uma leitura idealizada sobre a distribuição de riquezas entre os estados.

Por ser um estado do Sudeste, o ES já é tido como rico. Além disso, por contar com reservas de petróleo no mar e ser base de operação de grandes empresas, como a Vale, a ideia de que os capixabas são beneficiados e poderiam ceder para os “irmãos pobres” é muito forte. A mudança desta representação dependeria de uma nova atitude das elites capixabas diante de sua própria realidade, o que não vai acontecer porque isso afetaria uma aliança estratégica estabelecida entre o grande capital e as oligarquias políticas.

Em 1996, o governo federal aprovou a Lei Kandir, que resultou em perdão da cobrança de ICMS nas operações de exportação de produtos primários ou industrializados semielaborados. Estas são justamente as mercadorias mais vendidas pela Vale e pela Samarco (minério de ferro e *pellets* de minério), além da Fibria (celulosa branqueada de eucalipto). A perda de arrecadação que o governo do Espírito Santo sofre com esta medida é gigantesca, inclusive pelo fato de que tais empresas ficam com créditos de ICMS e podem negociá-los com outras firmas, que sejam devedoras do mesmo imposto. Devido ao peso enorme das exportadoras de *commodities* na economia capixaba, o volume de impostos efetivamente arrecadado é muito menor do que possa parecer em função da imagem de riqueza que foi gerada.

As grandes empresas, por sua vez, são importantes financiadores de campanha. Quando o modelo político que eu citei no início funciona bem, o governador direciona o financiamento de campanha das grandes empresas para os escolhidos por ele no âmbito municipal. Isto serve como forte estímulo a que os contendores busquem algum tipo de composição, ao invés de enfrentamento direto.

O preço pago por tal modelo é a continuidade da Lei Kandir sem qualquer tipo de questionamento. Além dele, há variados programas de incentivos fiscais oferecidos pelo governo do estado e pelas prefeituras. O grande capital é beneficiado por todos eles. O FUNDAP é apenas um destes instrumentos.

Se a elite dirigente capixaba quisesse se inserir com eficiência no debate nacional, teria que demonstrar ao país que o estado é rico para as empresas, mas que elas não pagam impostos, o que resulta em falta de recursos para políticas sociais. É por esta razão que ele não pode se dar ao luxo de perder recursos de royalties, de participação especial e de repasses súbitos do FUNDAP. Porém, demonstrar tudo isso à nação significaria colocar em xeque a aliança histórica que se estabeleceu entre o grande capital e a oligarquia política. Em termos gramscianos, constitui-se um bloco histórico unindo a modernidade e a tradição em defesa dos seus interesses.

Para que este bloco histórico possa funcionar a contento, obtendo o consenso da sociedade capixaba, ele conta com intelectuais orgânicos do seu projeto. Estes intelectuais lançam mão de vários recursos, conforme as necessidades do momento. Um deles é o que está em estudo neste trabalho.

Na medida em que as ameaças foram se materializando e o tom de confronto foi aumentando, o sentimento de cerco automaticamente cresceu. Este, por sua vez,

estimulou uma leitura sobre a história do estado que é baseada nesta noção. Neste sentido, o atraso do Espírito Santo se daria em função de uma suposta “barreira verde”, imposta pela Coroa portuguesa em tempos coloniais, com o fito de impedir que os capixabas tivessem acesso às riquezas de Minas Gerais. Posteriormente, a partir da política do “café-com-leite”, os grandes estados teriam passado a monopolizar os recursos federais, impedindo que o Espírito Santo fosse beneficiado. Apenas o Regime Militar teria representado um interregno neste quadro. Tendo sido, supostamente, uma fase na qual os “políticos” foram afastados, por isso, o estado passou receber investimentos de vulto. Com o retorno da democracia, algum tipo de inveja vinda de outros entes da Federação teria bloqueado e cercado o Espírito Santo novamente, o que estaria claro no caso do “olho grande” sobre o petróleo “capixaba”.

Esse tipo de argumento manipula imagens, ideias e sentimentos que são de fácil disseminação, com uma linguagem que pode tocar a qualquer indivíduo, desde que ele não esteja a par da natureza bem mais complexa e impessoal de todo o processo histórico em questão. Obter consenso, conforme explica Gramsci, consiste exatamente em elaborar um projeto de poder numa linguagem que seja compreensível ao público-alvo. O consenso também deve ser capaz de incorporar leituras correntes entre aqueles que são alvo de sua ação. Daí o fato de que a cultura política unitarista, que informa o discurso da unidade contra um inimigo comum e externo, seja um elemento necessariamente presente. Este traço de estrutura mental capixaba existe como construção, como forma de concepção dominante. Havendo uma ameaça externa real, faltava encaixá-la no esquema explicativo que confirmasse a necessidade da unidade, apagando divergências internas, o que é muito conveniente para que não se questione as bases de poder da oligarquia política e do grande capital. Analisar o conflito com o governo Rouseff de maneira realista significaria lançar um olhar interno que demonstrasse as divisões da sociedade capixaba. Muito pelo contrário, um dos mitos modernos de grande importância no estado é o do progresso promovido pelas indústrias, supostamente responsáveis por uma grande oferta de empregos e, como resultado, de um grande bem-estar social.

Para preservar a leitura dominante, faltava a imagem do inimigo. É claro que a presidenta serviu como uma luva. Devo concluir que não estou advogando aqui uma ação discursiva propositadamente elaborada nos termos que eu citei. Os intelectuais orgânicos são capazes de convencer em função da adesão sincera aos valores, ideias,

noções e tintas emocionais que conseguem de expressar. Eles tomam questões específicas e lhes dão conteúdo discursivo concreto, respeitando as leituras dominantes. Foi isto que aconteceu no caso em tela. Neste sentido, a função de uma história do Espírito Santo que seja autenticamente crítica é a de demonstrar o uso ideológico que se faz dela. É o que pretendo desenvolver em seguida.

A ideia de cerco na história capixaba

O tema do atraso econômico e social do Espírito Santo frente aos outros estados da Federação brasileira é uma preocupação constante, tanto na historiografia quanto na política e em outros discursos correntes. Trata-se de um erro de análise, mas é algo bastante coerente com interpretações conservadoras da realidade. O erro consiste no fato de não se perceber que o Espírito Santo, em todas as fases de sua trajetória histórica, se encontra inserido numa dinâmica maior, seja de alcance nacional/colonial seja de alcance mundial. Tomar qualquer ponto do planeta Terra como unidade absoluta, sem conexão com outros processos, particularmente após o início da expansão internacional do capitalismo, acaba por desconsiderar que muitas das características locais se devem a uma certa forma de inserção numa lógica mais ampla. Daí ser corrente considerar uma área como atrasada em relação a outras, buscando-se desculpas para tal atraso. Por fim, vale notar que é comum cair no erro observado por Marc Bloch (19-- , p. 31), que aponta o equívoco de atribuir à forma como uma trajetória histórica se iniciou os resultados posteriores, para o bem ou para o mal. Trata-se do que ele chama de “ídolo das origens”.

No caso capixaba, vale destacar um tema específico, geralmente nomeado como “barreira verde”, ou seja, o impedimento estabelecido pela Coroa portuguesa de acesso dos habitantes da Capitania do Espírito Santo à região das Minas Gerais. Sem poder desfrutar destas riquezas, o futuro estado teria começado mal sua trajetória, bem ao estilo do ídolo das origens blochiano.

Um trabalho importante a divulgar esta versão é o livro de José Teixeira de Oliveira (1975), *História do Estado do Espírito Santo*. A obra em questão é tida como um clássico da historiografia local, sendo referência quase obrigatória quando o objetivo é o de obter uma crônica sistemática dos fatos. A sua abordagem é positivista, com

recusa a interpretações assumidas. O livro teve uma primeira edição, em 1951, paga pelo governo estadual. O autor havia sido contactado para fazer parte de um projeto que seria responsável por narrar a trajetória de todas as unidades da Federação. Não tendo seguido adiante, seu trabalho acabou sendo finalmente lançado em uma edição comemorativa referente ao quarto centenário da capital do estado.

Oliveira era mineiro, vivendo no Rio de Janeiro desde 1935. Era formado em Direito e funcionário do Tribunal Federal de Recursos quando redigiu o texto. Escreveu o trabalho com base em documentos existentes na capital da República. Só visitou o Espírito Santo, pela primeira vez, na década de 1970.

A segunda edição, publicada em 1975, também a expensas do governo estadual, foi ampliada e atualizada. Uma terceira edição foi lançada em 2008, também sob patrocínio oficial e está disponível na internet. Esta contém uma atualização apenas formal de certos aspectos, realizada por terceiros, já que Oliveira faleceu em 2004.

Na versão de 1975, há considerações que interessam ao tema em discussão. Ao falar sobre a descoberta de ouro em Minas Gerais, ele observa:

As lavras mais ricas estavam localizadas, justamente, na faixa de terra compreendida pelos limites traçados, na carta de doação, à capitania de Vasco Fernandes Coutinho. Entretanto, não ocorreria a ninguém reclamar o direito de senhorio sobre a região – tão distante do litoral. A impossibilidade dos donatários de levarem sua autoridade até os confins do quinhão que el-rei lhes doara conspirou com o tempo, modificando o direito primitivamente estabelecido. Ao Espírito Santo, particularmente, a vizinhança das minas viria constituir empecilho à penetração e ao desenvolvimento das suas atividades para o interior (OLIVEIRA, 1975, p. 171).

Este trecho é acompanhado, mais adiante, de uma gravura deveras significativa. Ela é intitulada “A Capitania do E. Santo segundo a carta régia” e segue abaixo:



Título: A Capitania do E. Santo segundo a carta régia. Fonte: OLIVEIRA, 1975, p. 174.

Segundo Oliveira, tal mapa foi copiado, com algumas modificações, do livro *Geografia e história do Espírito Santo*, publicado em 1974, cujo autor é identificado por ele como Miguel A. Kill. Pois bem, trata-se de Miguel Arcanjo Kill, formado em geografia pela UFES em 1970 e atuando como professor de 1º, 2º graus e pré-vestibulares no momento em que este seu livro didático foi publicado (PIROLA, 2008). Ele ingressaria na UFES em 1976, lecionando Prática de Ensino de Geografia e chegou a obter o título de mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Miguel Kill foi, juntamente com Neida Lúcia de Moraes, um dos mais ativos autores de livros didáticos de história e geografia do ES, atuando a partir da década de 1970 e tendo livros publicados até, pelo menos, 2002. No livro de 1974, o mapa original se encontra na página 24 e consta, apenas, da famosa divisão da colônia portuguesa em capitânicas hereditárias, com a parcela concedida a Vasco Fernandes Coutinho hachurada até a linha de Tordesilhas. Na descrição da imagem, o autor afirma: “Vasco Fernandes Coutinho e seus descendentes poderiam ter expandido o seu território da Capitania até a linha de Tordesilhas” (PIROLA, 2008, p. 184).

O texto de Kill, em si, não trata da chamada “barreira verde” com tanta ênfase. A sua novidade foi a de inserir a ideia do mapa, que deu uma dimensão imagética à tese

que já havia sido esposada por Oliveira em 1951. Este, quando reformulou seu trabalho, apropriou-se da ideia de Kill e desenvolveu-a com mais detalhes. Seu mapa é bem mais específico e detalhado, mostrando várias cidades importantes de Minas Gerais, que seriam de “propriedade” dos capixabas até o traço de Tordesilhas. Em miniatura, ainda inclui um mapa do Brasil com seus limites finais e as linhas demarcatórias do “Espírito Santo” até a fronteira oeste de Mato Grosso. Espírito Santo veio entre aspas porque, no mapa de Oliveira, não são usadas as demarcações originais da concessão régia, nas quais o atual norte do estado estava incluído na Capitania de Porto Seguro. Portanto, Oliveira fez um empréstimo ao exercício de Kill, certamente baseado no texto de 1951 dele mesmo, e extrapolou o argumento. Afinal, se, de um ponto de vista puramente legal e tendo em vista apenas a doação original (que foi revertida à Coroa posteriormente), seria possível elaborar um mero exercício contrafactual, sem dele extrair maiores consequências, o que se produziu foi uma verdadeira fantasia, gerando um efeito bem mais dramático no sentido de ilustrar a “perda territorial” como resultado do suposto cerco sofrido. Assim, graças ao mapa, a versão de 1975 ampliou a percepção de um prejuízo sofrido, já que ela não constou da primeira edição. Esta, por sua vez, contém todo o texto reproduzido depois, com exceção da gravura e de sua nota explicativa, na qual o autor observa que ela:

mostra, à perfeição, o *drama* do que se poderia denominar a formação territorial do Espírito Santo. A proximidade as *minas gerais* não lhe permitiu conquistar o próprio território, estabelecido na carta de doação. Impossibilitado de marchar para o Oeste, as *áreas proibidas* limitaram-lhe a capacidade de expansão, impondo-lhe o papel de barreira protetora do *hinterland* cobiçado pelo estrangeiro. Os vários detalhes do risco realçam outras tantas figurações que a imaginação do observador pode construir (OLIVEIRA, 1975, p. 174).

Por fim, na nota 9, Oliveira afirma que:

Não cabe analisar aqui a série de prejuízos causados à capitania pela proibição de se abrirem estradas para o interior. Contudo, fica patente por que, em hora excepcionalmente propícia à expansão, o Espírito Santo teve de conter-se nos limites acanhados da faixa litorânea, privado do direito de *conquistar* o próprio território. O futuro capixaba sofreu graves danos devido a tal política, que fez da capitania simples barreira protetora das zonas de mineração situadas ao poente (OLIVEIRA, 1974, p. 173).

Dessa forma, o texto de Oliveira desenvolveu uma argumentação que é claramente marcada por um tom emocional e elabora a tese de que o Espírito Santo teria perdido algo que deveria lhe pertencer por direito, num raciocínio contrafactual que não tem como ser sustentado pelo fato de que não correspondeu ao processo histórico, e nem mesmo auxilia para elaborar, didaticamente, outras linhas de atuação em termos potenciais. O contrafactual serve apenas para isto, para apontar alternativas históricas reais presentes no passado, que foram eliminadas como resultado de um processo. O exercício funciona com o propósito de apontar a existência, num dado instante, de projetos que conviveram. Para o ensino, é algo válido quando serve ao objetivo de mostrar aos alunos que a realidade é formada por possibilidades em confronto. Ocorre, porém, que não foi este o caso. Nenhuma capitania original se estendeu até o traço de Tordesilhas, nem teria como fazê-lo. A ocupação do interior seguiu dinâmicas próprias, que iriam gerar outros tipos de interação social. Não foi assim, porém, que Oliveira pensou. Vale notar que, sendo formado em Direito, talvez tenha se deixado influenciar por um formalismo legal, que também não teria como ser justificado.

Na linha considerada acima, para Oliveira, a impossibilidade de ocupar o interior “conspirou com o tempo”, modificando o “direito” original. A seguir, ele afirma que a proximidade com as minas gerou uma situação dramática, que lhe impediu de conquistar o próprio território. Ele cita o termo “barreira” e a associa a uma série de “prejuízos” causados à Capitania. Assim, o “futuro capixaba sofreu graves danos devido a tal política”. Termos como conspiração, direito, prejuízo e barreira são carregados aqui de conteúdo emocional. Eles não permitem oferecer uma análise da situação. Apenas servem como justificativa para o atraso econômico do estado, que, aliás, no ano de lançamento da segunda edição, passou a ser tido como uma fase em plena superação. Não é à toa que o último capítulo do livro, inserido nesta nova versão, recebeu o sugestivo nome de “Arrancada para o futuro”.

Vale notar que, em 1975, quando saiu a segunda edição, a industrialização estava se desenvolvendo no estado. A obra, assim, acabou servindo, em parte, como justificativa para um atraso que a propaganda oficial afirmava estar sendo atacado. Segundo André Pirola (2008), a produção de livros didáticos sobre o estado na época, entre os quais se insere o de Miguel Kill, fazia parte deste projeto. Além dele, destaca-se o trabalho de Neida Lúcia de Moraes, intitulado *Espírito Santo, esta é a sua terra no Brasil*, destinado ao ensino de 1ª a 4ª séries do 1º grau, e publicado em 1973. Salvo

algum engano, foi ele que introduziu o termo “barreira verde”, seguindo na mesma linha interpretativa aqui citada, quando diz:

(...) a psicose do ouro criou uma nuvem que sombreou o estado do Espírito Santo por todo o século XVIII. Foi necessário que se encerrasse o ciclo do ouro com o glorioso e triste episódio da execução de Tiradentes para que brechas se abrissem na “Barreira Verde” e um princípio de progresso pudesse penetrar nas terras do Espírito Santo (PIROLA, 2008, p.153).

O termo “psicose do ouro” é claramente inspirado no trabalho de Oliveira, que faz parte da bibliografia de Neida Lúcia de Moraes. O único detalhe é que, lá, o termo usado foi “psicose das minas”. Assim, tendo em vista a relevância da *História do Estado do Espírito Santo* para a formação de professores da disciplina, ela guarda em si formas explicativas que perduraram, chegando mesmo a exercer influência no plano acadêmico.

Posteriormente, foi publicado o livro de Gabriel Bittencourt (1987), *A formação econômica do Espírito Santo (o roteiro da industrialização)*. Ele foi professor da UFES e da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO). Iniciou o mestrado em História da Universidade Federal Fluminense em 1976, após a publicação da segunda edição do livro de Oliveira. Bittencourt faz parte de uma geração de historiadores capixabas que buscou mais sólida formação profissional. Mesmo assim, ele incorporou a abordagem aqui considerada. Afirma Bittencourt que:

(...) a descoberta do ouro (...) que contribuiu sensivelmente com a ascensão do Rio de Janeiro como centro de decisões do País, paradoxalmente, para o Espírito Santo, constituiu-se em um empecilho ao crescimento econômico da capitania. Nesta, sequer implantou-se uma ouriversaria artesanal, como em Minas Gerais. (...) restou ao Espírito Santo a construção e remodelação das fortificações de Vitória, a ampliação do destacamento militar e a proibição rigorosa da abertura de estradas que ligassem o litoral à rica Capitania das Gerais. (...)

Curiosamente, as mais ricas minas se localizaram dentro do território abrangido pela primitiva carta de doação da terra capixaba (...) restou ao Espírito Santo um diminuto território hoje correspondente apenas a 9,53% da superfície brasileira (BITTENCOURT, 1987, p. 46).

Na página seguinte a tais afirmativas, o livro reproduz a gravura que consta do trabalho de Oliveira. Neste ponto, Bittencourt também se nega a oferecer uma análise

do fenômeno. A novidade fica por conta de uma abordagem menos moralista. Porém, ele acaba por realizar uma manobra explicativa bastante comum à mentalidade obsidional, que é de apontar benefícios obtidos por outros locais, como Rio de Janeiro e Minas Gerais. Com os advérbios “paradoxalmente” e “curiosamente”, ele registra um sentimento de espanto e surpresa, dando a entender que um caminho natural foi interrompido, na mesma linha de Oliveira, o que é confirmado pela reprodução do seu mapa. Desta forma, uma obra de nível acadêmico acabou por autorizar um tipo de interpretação que historiadores profissionais devem colocar em questão, devido, entre outras coisas, ao uso que se faz dele no presente.

Até aqui, foi possível notar que se estabeleceu um diálogo entre o livro de Oliveira, obras didáticas e, pelo menos, uma de nível acadêmico. Sem ter o objetivo de ser exaustivo no que se refere aos textos didáticos, farei algumas observações complementares.

No livro *Espírito Santo: minha terra, minha gente*, três professores do curso de História da UFES - Léa B. R. A. Rosa, Luiz G. Santos Neves e Renato Pacheco (1986) – sustentaram a fantasia sobre a posse das minas. Sobre isto, afirmam: “O nome Minas Gerais vem da quantidade de ouro e pedras achadas nesta região. Parte deste território pertencia ao Espírito Santo, apesar de bem distante do litoral. Mas acabou se separando da capitania capixaba” (ROSA; NEVES; PACHECO, 1986, p. 20).

O texto foi publicado em 1986 pelo governo local e era destinado ao ensino de 1º grau nas escolas estaduais. Em sua introdução, dois outros membros do Departamento de História da UFES afirmam que a intenção foi a de elaborar um livro que rompesse com o estudo dos fatos de forma cronológica e voltados para a memorização. A História, por seu meio, deveria ser entendida como processo, resultante das relações econômicas, políticas, sociais e culturais. O que foi obtido, porém, ficou muito aquém deste objetivo.

É importante também destacar a figura de Thais Helena Moreira, bastante conhecida em Vitória como pessoa competente na preparação para o vestibular da UFES. Ela publicou, com dois colegas diferentes, livros didáticos de história e geografia do estado com várias edições desde os anos 1990.

A versão de 2001 de *Espírito Santo: história e geografia*, em quarta edição, é apontada, na capa, como “direcionada principalmente ao vestibulando”, além de contar o aviso de que se encontra “de acordo com o programa da UFES”. Os autores são Thais

Helena L. Moreira e Adriano Perrone (2001). No que se refere ao tema em questão, o texto reproduz várias passagens de Oliveira, assim como o mapa. Por fim, conclui: “Em 1720, Minas Gerais foi elevada à condição de Capitania, se desvinculando formalmente do Espírito Santo, frustrando qualquer ideia de reintegração de terras, que porventura pudesse existir aqui” (MOREIRA; PERRONE, 2001, p. 33).

Em sua edição mais recente, publicada em 2008 pelos mesmos autores, mas com ligeira alteração do título para *História e geografia do Espírito Santo*, o texto tomou a sério a especulação e o raciocínio contrafactual de um suposto direito dos capixabas à região das minas e concluíram, de forma incorreta, que a área tinha sido desvinculada do Espírito Santo. Neste sentido, ignoraram a dinâmica do confronto que se estabeleceu entre pessoas vindas de São Paulo e de Salvador, que disputaram o controle sobre as minas. Este episódio sangrento é conhecido como Guerra dos Emboabas. A decisão final da Coroa em criar a Capitania de Minas como entidade distinta e controlada diretamente por ela se deveu, em boa parte, justamente a esta disputa. Em nenhum momento houve a expectativa que a região fosse incorporada ao Espírito Santo. Portanto, não houve “frustração”. Este termo, mais uma vez, incorpora argumento moralistas ao debate e supõe que algum tipo de expectativa **de direito** foi eliminada à força. Como se não bastasse, os autores registram, como fecho da versão consultada de 2008, que o herdeiro da Capitania não a assumiu, com sua passagem para o controle pela Coroa. A partir daí: “Administrado por capitães-mores, (que (...) não tinham autonomia decisória para alterar a situação, tampouco vontade política), o Espírito Santo ficou relegado a sua própria sorte” (MOEREIRA; PERRONE, 2008, p. 47).

Ou seja, após “perder” o que era de direito, o Espírito Santo foi abandonado pela sua liderança “natural” e se viu vítima de dirigentes desinteressados, ficando “relegado a sua própria sorte”. Trata-se de um raciocínio linear, no qual um desastre sobrevém a outro, na sequência, comprometendo o futuro, e reforçando um mecanismo explicativo calcado no ídolo das origens.

Considerando a autoridade adquirida por Thais Helena e a suposição de que seu texto está de acordo com o programa da UFES, conformou-se uma versão que é reproduzida sem grande questionamento até hoje. No caso dos livros didáticos, duas publicações de 2002 confirmam a mesma chave explicativa. *Espírito Santo, uma viagem de cinco séculos*, de Rodrigo Simão (2002), pelo menos, não ignora o episódio dos Emboabas, que cita. Mas afirma que a formação da capitania de Minas representou uma

perda territorial “inestimável” para o Espírito Santo, ficando este “relegado” a uma estreita faixa litorânea. O autor qualifica a situação vivida de “barreira verde” ou “estado tampão”, que parece ter sido introduzida por ele. Por fim, num fecho do tema, afirma:

“(…) a capitania do Espírito Santo perde uma grande oportunidade de ser considerada a mais próspera e rica das capitanias durante a fase da mineração. A afirmativa de que o Espírito Santo viveu trezentos anos de marasmo (até sua economia se basear no café), tem fundamento (...). No entanto, se levamos em conta que ela cumpriu (...) todos os objetivos ao qual a Coroa portuguesa a designou, então, neste aspecto, ela pode ser considerada ‘bem sucedida’” (SIMÃO, 2002, p. 33).

Mais uma vez, o contrafactual é operado no interior de um marco explicativo que se liga a uma longa tradição. Eduardo Vasconcelos (2011) nos mostra o surgimento de uma interpretação que unifica a história do Brasil por meio de uma homogeneidade espaço-temporal desde a colonização. De início, uma leitura, baseada da ideia de “Ilha-Brasil”, que pressupunha uma contigüidade territorial para além da linha de Tordesilhas, serviu aos interesses da Coroa. Com a independência, nova elaboração, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além do historiador Varnhagen, retomou o princípio da unidade espaço-temporal. Na República, o modelo sofreu leve alteração, mantendo-se a coesão citada, com a novidade de um progresso constante, sendo a fase colonial de “atraso” passando para a “modernidade” no regime republicano. Neste marco, o centro, que era a Metrópole, passou a ser ocupado pelo Rio de Janeiro e/ou São Paulo. Desta forma, as outras áreas deveriam ser consideradas do ponto de vista das histórias regionais, porém reproduzindo os mesmo pressupostos de unidade e progresso. No caso do Espírito Santo, os fatores que não confirmam tal modelo deveriam ser esclarecidos de alguma forma, de onde resultou o tipo de exercício contrafactual citado. Abordar o passado com um grau de liberdade que permita problematizá-lo, mesmo partindo de uma situação contemporânea, como é o caso em estudo, na linha de um anacronismo como conceito poético, tal qual propõe Jacques Rancière (2011), é uma possibilidade. Só que ela precisa ser cercada de cuidados que não se deram porque os autores se submeteram a uma grande narrativa, chamada por Norberto Guarinelo (2003) de “forma”, que se tornou quase natural, ou seja, a História do Brasil (e dos seus estados) como história do Estado.

Guarinello cita as formas e as teorias e modelos como instrumentos para a mediação com o passado. Na discussão em tela, portanto, seria possível pensar a Capitania do Espírito Santo como parte do sistema escravista. Ele não foi introduzido no Brasil com o propósito de gerar riqueza internamente, em que pese o fato de que, mesmo orientado para fora, houve mecanismos de acumulação interna de riquezas, mas fortemente inseridos na natureza mesmo de uma fórmula arcaizante. Ou seja, a riqueza produzida era enviada, em sua maior parte para fora, não interessa qual fosse o lugar. Desta forma, o Recôncavo baiano, o litoral de Pernambuco, a área de Campos de Goytacazes e as regiões de mineração no século XVIII sofreram um processo de exploração de recursos que foram exportados em sua maior parte. Outra parte, foi apropriada por uma elite que, ao final, acabou por esterilizar seus meios em formas menos produtivas. Como resultado, as áreas “ricas”, posteriormente, ficaram “pobres”. Assim, o argumento de que o Espírito Santo perdeu a oportunidade de ser a capitania mais rica e próspera corresponde a uma noção que estimula o sentimento de cerco.

Por fim, cito o livro *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada, 1532-2002*, de José P. Schayder (2002). Este trabalho possui um formato que o qualifica, aparentemente, como informado por abordagens modernas em termos historiográficos, como referências aos “anônimos ilustres”, aos vencidos, à geo-história, ao debate sobre a relação entre global e local, etc. No que se refere ao tema em questão, contudo, ele repete a mesma linha explicativa. Citando a militarização da capitania para proteger as minas, diz: “Para o futuro da capitania, porém, mais desastrosas foram outras resoluções do rei. É memorável e odiosa a decisão de proibir a construção de qualquer tipo de estradas e caminhos para o interior (...)”. Assim, ele qualifica a capitania com os termos “barreira verde”, “muralha natural” e “círculo de ferro”. Depois disso, o autor diz que o território “capixaba” (designação que não existia na época como sinônimo de povo ou sociedade) foi reduzido, com a criação da capitania de Minas (cita a Guerra dos Emboabas) e com a transferência da parte ao norte do Rio Doce para a Capitania de Porto Seguro (posteriormente retornada). Este episódio, Schayder qualifica de golpe contra a “integridade territorial” do Espírito Santo. Assim, seguindo um argumento bem parecido com o de Bittencourt, conclui com uma espécie de lamento pelo fato de que o espaço geográfico do atual estado ter se reduzido a 5% do seu original. Desta forma, é possível notar que existe um modelo interpretativo bem fincado

na historiografia local, com forte inserção na formação de professores de história e no ensino desta matéria nos níveis fundamental e médio.

É bem verdade que esta é apenas uma interpretação. No ambiente acadêmico, há críticas a este tipo de abordagem (VITÓRIA SOBRINHO, 2011; MACEDO; MAGALHÃES, 2011). Entre elas, desejo destacar o trabalho de Enaile Flauzina Carvalho (2008), que justamente realiza o tipo de operação interpretativa orientada por uma teoria. A autora demonstra, em primeiro lugar, que a fase de isolamento imposta pela Coroa foi menor do que se supõe e demonstra que a Capitania desenvolveu atividades econômicas perfeitamente integradas na lógica do sistema escravista que era vigente na Colônia, inclusive com grau de diversificação e complexidade bem maiores do que tradicionalmente se supõe. Desta forma, ela demonstra que o Espírito Santo fazia parte de um todo, com especificidades no processo de constituição de uma elite dirigente local, que conduziu esta inserção. A sua abordagem é autenticamente analítica. É nesta linha que o ensino de história deve seguir, demonstrando que a leitura tradicional não só é equivocada como serve a propósitos ideológicos.

Conclusão

Na atualidade, intelectuais capixabas elaboraram um conjunto de ideias que possuem em comum a noção de cerco. Esta situação foi interpretada como continuidade de algo que começou no passado. Neste sentido, ela remete ao que Giorgio Agamben chama de contemporâneo, ao afirmar que ele é concebido como arcaico, próximo da *arké*, ou seja, da origem. “Mas a origem não está situada apenas num passado cronológico: ela é contemporânea ao devir histórico e não cessa de operar neste” (AGAMBEN, 20120, p. 69). Esta forma muito disseminada de conceber a atualidade permite a conexão entre a leitura dos intelectuais e dos historiadores citados. Estes, por sua vez, ao cederem a uma contextualização inserida no modelo da homogeneidade espaço-temporal, utilizaram apenas uma das mediações possíveis com o passado, abrindo mão de teorias e modelos e, principalmente, de conceber o passado em sua especificidade.

Em uma passagem de *O Desentendimento*, Jacques Rancière (1995) lembra o famoso livro de Lucien Febvre sobre Rabelais e a pergunta que ele se fez: o autor de

Gargântua poderia ser ateu? A simples noção da não existência de Deus seria possível no seu momento histórico? Da mesma forma, o tema da relação entre o Espírito Santo e o resto do país na atualidade poderia ser percebido pelos que viveram em tempos coloniais? Claro que não e é esse tipo de anacronismo que Rancière condena. Um uso poético é admitido por ele como exercício dos historiadores, como forma de comparar diferentes realidades, mas não como continuidade factual. Todavia, é difícil resistir a dois elementos: a ação politicamente orientada e a sua conexão com uma forma interpretativa que ganhou ares de verdade, ainda mais em um ambiente de cultura política unitarista, como é o Espírito Santo.

Em termos gramscianos, os dois discursos, pela sua configuração, têm um potencial muito grande de aproximação com a fala cotidiana. Para o propósito de obter consenso, são perfeitos. A tarefa do intelectual orgânico de um projeto conservador fica muito facilitada pela forma direta, sem mediações conceituais, abstratas e impessoais, que há numa narrativa como a analisada aqui. Emoções fortes são imediatamente acessadas quando se constrói a imagem do cerco e das noções que lhe são subjacentes, como raiva, ressentimento, abandono, desprezo. Elas ajudam a elaborar uma imagem de inimigo comum e estimulam a unidade dos desiguais. Neste sentido, a tarefa de uma história crítica do Espírito Santo fica muito dificultada, pois a sua forma de operar a interpretação é impessoal, exige estudo, compreensão de conceitos e concepções, um certo distanciamento que torna a crônica menos prazerosa. Mesmo assim, é preciso buscar narrativas que enfrentem o problema. No mínimo, professores de história não devem assinar embaixo versões como a da barreira verde. Cabe-nos articular teorias e contextos em uma linguagem com o mesmo potencial de convencimento, de prazer e reconhecimento, tendo sempre em vista a inserção em um presente que nunca é dado, mas é elaborado por sujeitos em confronto. Desconhecer esta realidade permite o tipo de aliança que foi analisada aqui.

Referências bibliográficas

ARIÈS, P. A história das mentalidades. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. F. (Org.) *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 268-295.

BITTENCOURT, G. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização. Do engenho às grandes indústrias (1535-1980)*. Rio de Janeiro: Cátedra/Vitória: DEC/ES, 1987.

BLOCH, M. *Introdução à história*. 4. ed. [S. l.]: Publicações Europa-América, [19—].

CARVALHO, E. F. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)*. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

DELUMEAU, J. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade citiada*. 2. reimp. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

GRASMCI, A.. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002 (6 volumes).

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da história: as formas da história antiga. In: *Politeia: História e Sociedade*. V. 3, nº 1, 2003, Vitória da Conquista, p. 41-61.

LIJPHART, A. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MACEDO, F. C.; MAGALHÃES, D. F. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção nos mercados nacional e internacional. In: *Revista de História Regional*, 16(1), Verão 2011, Ponta Grossa (PR): Editora UEPG, p. 61-99

MOREIRA, T. H. L.; PERRONE, A. *Espírito Santo: história e geografia*. 4. ed. Vitória: Edição dos autores, 2001.

_____. *História e geografia do Espírito Santo*. 9. ed. Vitória: [S. ed.], 2008.

OLIVEIRA, J. T. *História do estado do Espírito Santo*. 2. ed. amp. e atual. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

_____. *História do estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Públicos do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado de Cultura, 2008. Disponível em <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Livro_Historia_ES.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2011.

PEREIRA, A. R. V. V. *Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo*. 2004. 246 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2004.

_____. Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional. In: *SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, ed. n.09, v.1, Jun. 2011. p. 203-232.

PIROLA, A. L. B. *O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático: história e representações*. 2008. 265 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Programa de Pós-Graduação e Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RANCIÈRE, J. *La mésentente*, politique e philosophie. Paris: Galilée, 1995.

_____. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, Verdade e Tempo*. Chapecó-SC: Argos, 2011, p. 21-49.

ROSA, L. B. R. A.; SANTOS NEVES, L. G.; PACHECO, R. J. C. *Espírito Santo: minha terra, minha gente*. História regional para o 1º grau das escolas estaduais. Vitória: SEDU, 1986.

SCHAYDER, J. P. *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada, 1535-2002*. Campinas: Companhia da Escola, 2002.

SIMÃO, R. *Espírito Santo: uma viagem de cinco séculos*. Vitória, Sinpro, 2002.

VASCONCELOS, E. H. B. O uno e o múltiplo: a utilização dos aspectos geográficos e naturais e a escrita da história brasileira. In: *Expedições: Teoria da História & Historiografia*. V. 2, nº 2, 2011, Jussara-GO, p. 8-27.

VITÓRIA SOBRINHO, S. A economia do estanco e o mercado interno na Capitania do Espírito Santo. In: *Revista FACEVV*, número especial, jan/jun. 2011, Vila Velha, p. 111-130.